REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

MARÇO 1962

VOL. II ★ NÚM. 1

★

SUMÁRIO

FLORESTAN FERNANDES, A Sociologia como Afirmação; CELSO FURTADO, Reflexões sôbre a pré-revolução brasileira; EZIO TAVORA DOS SANTOS, Mercado interno e desenvolvimento; FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, O método dialético na análise sociológica; HÉLIO SCHLITTLER SILVA, Comércio exterior do Brasil e desenvolvimento econômico; ANÍBAL PINTO, Notas sobre la distribución del ingreso y la estrategia de la redistribución; ADMARDO TERRA CALDEIRA, Estudo sôbre discriminação de preços; UNESCO/CEPAL/OEA, Relatório sôbre os aspectos sociais do desenvolvimento económico na América Latina; CEPAL, A Inflação no Brasil.

DA FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DA UNIVERSIDADE DE MINAS GERAIS

BELO HORIZONTE, BRASIL

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Publicação quadrimestral editada em março, julho e novembro

CONSELHO DE DIREÇÃO:

Diretor — Professor Francisco de Assis Castro.

Membros — Professôres Domício de Figueiredo Murta, Petrônio de Assis Fonseca, Osório da Rocha Diniz e Waldemar Gontijo Maciel.

COMISSÃO DE REDAÇÃO:

Membros — Professôres Orlando M. Carvalho, Edgar de Godói da Mata Machado, Morse Belém Teixeira, Emílio de Guimarães Moura, Newton Antônio da Silva Pereira, Hélio Pontes, Obregon de Carvalho e Francisco Iglesias.

SECRETÁRIO

Professor Julio Barbosa

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Tôda correspondência deverá ser endereçada ao Secretário da REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

PREÇOS E ASSINATURAS:

Preço do número .. Cr$ 300,00 / US$ 1,00

Assinatura anual .. Cr$ 800,00 / US$ 3,00

Os pedidos deverão ser endereçados ao professor Afrânio Veiga, tesoureiro da RBCS, à rua Curitiba, 832, Belo Horizonte, Brasil.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL

VOL. II — MARÇO DE 1962 — Nº 1

★

ÍNDICE

A Sociologia como Afirmação, Florestan Fernandes 3

Reflexões sôbre a pré-revolução brasileira, Celso Furtado 40

Mercado interno e desenvolvimento, Ezio Távora dos Santos 57

O método dialético na análise sociológica, Fernando Henrique Cardoso 85

Comércio exterior e desenvolvimento econômico do Brasil, Hélio Schlittler Silva 107

Notas sobre la distribución del ingreso y la estrategia de la redistribución, Aníbal Pinto 175

Estudo sôbre discriminação de preços, Admardo Terra Caldeira .. 195

Relatório sôbre os aspectos sociais do desenvolvimento econômico na América Latina, UNESCO/CEPAL/OEA 251

A Inflação no Brasil, CEPAL 274

Notícias diversas 301

Colaboram neste número:

FLORESTAN FERNANDES, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

CELSO FURTADO, Superintendente da SUDENE

EZIO TÁVORA DOS SANTOS, do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo

HÉLIO SCHLITTLER SILVA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

ANÍBAL PINTO, Diretor do Centro de Desenvolvimento CEPAL/BNDE

ADMARDO TERRA CALDEIRA, da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais

Reflexões sôbre a pré-revolução brasileira (1)

Celso Furtado

O Presente e o Futuro

Em meus contactos com a juventude universitária, de todo Brasil, no ano recém findo, pude observar que grandes ansiedades dominam os espíritos. Tornou-se aguda a consciência de que o país caminha para transformações de grande alcance; que sob nossos pés, como uma corrente pofunda, trabalham fôrças insondáveis. E todos, ou quase todos os jovens, desejam compreender o que está ocorrendo, pretendem participar conscientemente dessas transformações, querem assumir uma posição ativa e poder contribuir para moldar um porvir que lhes pertença por excelência. Se bem que muitas vêzes indecisa ou insegura, a juventude está confiante. E está exigindo de todos nós definição clara de posições: identificação corajosa de objetivos e métodos na luta pela conquista do futuro.

Permitam-me que utilize hoje esta oportunidade para fazer algumas reflexões em tôrno de questões que me foram formuladas por homens e mulheres jovens, recém saídos das Universidades de várias regiões do Brasil. Apresento estas reflexões como um depoimento pessoal franco, para que possamos continuar o diálogo, muitas vêzes interrompido quando apenas havíamos aflorado o essencial.

(1) Palestra proferida, em janeiro do corrente ano, no Segundo Ciclo de Estudos sôbre a Integração do Nordeste, realizado em São Paulo pelo Instituto Nacional de Estudos Superiores. A presente publicação é feita sob autorização especial do Autor.

A primeira dessas questões diz respeito ao desmedido custo social do desenvolvimento que se vem realizando no Brasil. A análise econômica se limita a expor friamente a realidade. Sabemos que o desenvolvimento de que tanto nos orgulhamos, ocorrido nos últimos decênios, em nada beneficiou três quartas partes da população do país. Sua característica principal tem sido uma crescente concentração social e geográfica da renda. As grandes massas que trabalham nos campos, e constituem a maioria da população brasileira, pràticamente nenhum benefício auferiram dêsse desenvolvimento. Mais ainda: essas massas viram reduzir-se, em têrmos relativos o seu padrão de vida, em confronto com o dos grupos sociais ocupados no comércio e em outros serviços. O operariado industrial, que representa uma espécie de classe média dentro da sociedade brasileira, cresceu numèricamente em têrmos relativos, sem contudo melhorar apreciàvelmente o seu padrão de vida. Também aqui houve piora relativa, pois com o grande crescimento do emprêgo urbano nos serviços, os operários presenciaram a ascensão relativa de outros grupos sociais de rendas mais altas.

E não sòmente no que respeita à concentração da renda o desenvolvimento vem apresentando aspectos sociais extremamente negativos. Com efeito, à causa do anacronismo da estrutura agrária, êsse desenvolvimento provocou, em muitas partes, um aumento relativo da renda da terra, premiando grupos parasitários. Na ausência de uma política consciente que preservasse à ação do Estado o seu caráter social, improvisou-se, em nome do desenvolvimento uma estrutura de subsídios que muitas vêzes premiou de preferência os investimentos supérfluos ou aqueles que vinham permitir, dada a distribuição da renda e os preços relativos, uma concentração ainda maior em mãos de grupos privilegiados. Através de simples doações de capital, os subsídios cambiais e creditícios transferiram para umas poucas mãos grandes riquezas sociais.

No plano político-administrativo as distorções ainda são mais flagrantes. A ampliação da ação do Estado, trazida pelo

desenvolvimento, não tendo sido acompanhada das necessárias reformas de base no próprio Estado, aumentou enormemente o coeficiente de desperdício. Por outro lado, a ação crescente do Estado no campo dos investimentos, conjugada àquela ineficiência, criou condições propícias à apropriação ilícita de capital à custa do povo. Os grandes contratos de obras públicas passaram a ser fonte corrente de acumulação rápida de fortunas dentro e fora do Govêrno.

Compreendo a revolta da juventude diante dêsse quadro: aí estão supostos representantes do povo eleitos pelos contratistas de obras, aí está a aliança da máquina feudal com as verbas orçamentárias produzindo parlamentares que vão a votar outras verbas com fim idêntico. Essas coisas que antigamente eram as regras ocultas do jôgo, hoje são transparentes para os mais ingênuos.

Poder-se-ia objetar que antigamente era pior: as eleições eram formais e uma oligarquia decidia por conta própria o que se chamaria vontade do povo. Mas essa objeção já não vale para os jovens de hoje. Todos sabem que se as coisas são tão transparentes, é porque está a nosso alcance poder mudá-las. Que se sabemos onde está o defeito, somos coniventes se não tratamos de erradicá-lo.

E aí está a outra face — o lado positivo — do desenvolvimento: êste trouxe para dentro do país os seus centros de decisão, armou-o para auto-dirigir-se, impôs-lhe a consciência do próprio destino, fê-lo responsável pelo que êle mesmo tem de errado.

No fundo de nossa intranqüilidade presente encontraremos esta verdade simples: sabemos onde estão os erros de nosso desenvolvimento desordenado, sabemos que está a nosso alcance poder erradicá-los ou minorá-los, e sabemos que temos consciência disso. Por isso somos responsáveis, e porisso nos sentimos intranqüilos.

Uma Filosofia da Ação

Mas não se limitam os jovens de hoje a diagnosticar a realidade presente. A análise não tem outro objetivo senão

produzir um guia para a ação. Com efeito, essa mesma análise aponta para a necessidade de ação. A consciência de que somos responsáveis pelo muito do errado e do anti-social que aí está, cria um estado de intranqüilidade que sòmente pode ser superado pela ação.

Êste é o segundo ponto no qual gostaria de deter-me: a necessidade de uma filosofia que nos oriente na ação. Muita gente, aqui e fora do Brasil, me tem perguntado por que existe tanta penetração de marxismo na atual juventude brasileira. A razão é simples: o marxismo, em qualquer de suas variantes, permite traduzir o diagnóstico da realidade social em normas de ação. Devemos abordar êsse assunto com absoluta franqueza, se pretendemos manter um diálogo eficaz com a juventude idealista e atuante desta época. Que vem a ser o marxismo de grande parte de nossa juventude? Creio que podemos enfeixá-lo em umas poucas atitudes, independentemente da análise que as fundamente:

a) o reconhecimento de que a ordem social que aí está se baseia, em boa medida, na exploração do homem pelo homem, fundando o bem estar de uma classe, que abriga muitos parasitas e ociosos, na miséria da grande maioria.

b) o reconhecimento de que a realidade social é *histórica*, portanto em permanente mutação, devendo a ordem presente ser superada, e

c) o reconhecimento de que é possível identificar os fatôres estratégicos que atuam no processo social, o que abre a porta à política consciente de reconstrução social.

Do último ponto resulta uma atitude positiva e otimista, com respeito à ação política, que bem corresponde aos anseios da juventude.

Se vamos à essência dessa filosofia, aí encontramos, por um lado, o desejo de liberar o homem de tôdas as peias que o escravisam socialmente, permitindo que êle se afirme na plenitude de suas potencialidades, por outro descobrimos uma atitude otimista com respeito à auto-determinação consciente das comunidades humanas. Trata-se, em última instância, de

um estadio superior do humanismo, pois colocando o homem no centro de suas próprias preocupações, reconhece contudo que a plenitude do desenvolvimento do indivíduo sòmente pode ser alcançada mediante a orientação racional das relações sociais.

Qualquer que seja o nome que se lhe atribua, é impossível combater frontalmente essa doutrina, pois ela encerra os anseios profundos do homem moderno. Suas raízes mais vigorosas vêm do humanismo renascentista, que recolocou na pessoa humana o foco de seu próprio destino, o seu otimismo congênito emana da Revolução Industrial, que deu ao homem o contrôle do mundo exterior.

Se pretendemos manter um diálogo fecundo com a nova geração, devemos entender-nos sôbre o que realmente é fundamental. Relegaremos para um segundo plano aquilo que é simplesmente operacional, que por definição tem que estar subordinado aos fins colimados. Por exemplo: não seria possível atribuir mais que um caráter operacional à propriedade privada dos meios de produção, à emprêsa privada. Estamos todos de acôrdo em que a emprêsa privada é uma simples forma descentralizada de organizar a produção e que deve estar subordinada a critérios sociais. Sempre que exista conflito entre os objetivos sociais da produção e a forma de organização desta em emprêsa privada, medidas teriam que ser tomadas para preservar o interêsse social. Por outro lado, à medida que se vai alcançando maior abundância na oferta de bens, isto é, os estágios superiores do desenvolvimento, menor importância vão tendo as formas de organização da produção e maior o contrôle dos centros do poder político. Dêstes últimos é que se ditam, em última instância, as normas de distribuição e de utilização da renda social, sob as formas de consumo público ou privado.

Cabe portanto perguntar: quais são os objetivos fundamentais em tôrno dos quais poderemos unir-nos, isto é, que são irredutíveis por constituirem os elementos últimos de nossa concepção da vida? Creio que é de absoluta importância que estabeleçamos com clareza êsses objetivos, pois do contrário confundiremos meios com fins, ou transformaremos

em nossos fins aquilo que para outros são apenas meios. Temos o direito de fazer esta reflexão independentemente do problema da preeminência russa ou americana com respeito aos destinos do mundo. Subordinar o futuro de nossa cultura às conveniências de ordem tática de um ou de outro dos grandes centros de poder militar moderno é dar a luta perdida de antemão, pela carência total de objetivos próprios finais. Devemos considerar como um dado da realidade objetiva contemporânea o impasse entre os polos do poder político-militar. Considerar como um dado, significa que está fora de nosso alcance modificar de forma decisiva a relação de fôrças. Qualquer que seja a nossa posição, devemos reconhecer que a solução última dêsse impasse não poderá ser antecipada, pois a guerra continuará a apresentar-se como atitude de desespêro, de perda total de fé no futuro do homem. A eficácia máxima de qualquer modificação em nossa posição, do ponto de vista do grande impasse, será simplesmente de ordem tática. Desta forma, aquilo que para nós poderá significar a definição dos fins últimos, do ponto de vista dos grandes centros do poder mundial tem apenas importância secundária.

O reconhecimento dessa realidade impõe-nos o dever supremo de definir com clareza os objetivos de nossa ação política em função de nosso próprio destino de povo e cultura. Em outras palavras: a nossa impotência em face do impasse mundial tem como reverso uma maior margem de liberdade no que respeita à determinação dos próprios objetivos. E, como sóe acontecer, essa margem maior de liberdade trás consigo uma consciência mais clara de responsabilidade.

É sôbre essa tela de fundo de auto-determinação e consciência de responsabilidade que devemos projetar os objetivos irredutíveis da ação política. Creio que êsses objetivos poderiam ser fàcilmente traduzidos em têrmos da análise anterior nas expressões humanismo e otimismo com respeito à evolução material da sociedade. Em linguagem mais corrente: liberdade e desenvolvimento econômico.

Tenho usado a palavra humanismo porque a liberdade pode ser entendida também em têrmos de individualismo do século XIX, em que o individual muitas vêzes se contrapunha

ao social. Mas não tenhamos dúvida de que o que está no centro de tôdas as aspirações e ideais da juventude atual é um autêntico humanismo. O que preocupa a juventude é o aspecto anti-humano de nosso desenvolvimento. É o fato de que o contraste entre o desperdício e a miséria se torne mais agudo dia a dia. Aí estão as populações rurais que vivem sôbre a terra mas não podem plantar para comer e passam fome quase todos os dias do ano. Aí estão cidades capitais de Estados com dez por cento da população registrada nos hospitais como tuberculosa. E sabemos que tudo isso pode ser remediado, que já desapareceu de grande parte do mundo. Portanto, o que está no centro das preocupações dos jovens é o homem, a angústia diante do seu aviltamento; e a consciência de que somos corresponsáveis por essa abjeção.

O desenvolvimento econômico é, em sentido estrito, um meio. Contudo, constitui um fim em si mesmo, um elemento irredutível da forma de pensar da nova geração, a confiança em que o alargamento das bases materiais da vida social e individual é condição essencial para a plenitude do desenvolvimento humano. Estamos na posição antitética da lenda do bom selvagem. Não nos seduzem as miragens de "uma nova Idade Média". Não nos comovem as inquietações daqueles que vêem no progresso técnico as sementes da destruição do "homem essencial". É específico da nova geração êsse otimismo com respeito ao desenvolvimento econômico, essa confiança em que a luta pelo domínio do mundo exterior não é senão o caminho da conquista do homem por êle mesmo, o desafio final às suas potencialidades de ser superior.

Os Fins e os Meios

Alcançamos aqui o ponto central de nossas reflexões: definidos os objetivos autênticos, como concertar-nos para a ação? Como prevenir que a luta por objetivos intermediários ou secundários nos faça perder de vista os fins verdadeiros? É êste um problema extremamente complexo, pois a experiência histórica dos últimos decênios criou a aparência de uma forçada opção, para os países subdesenvolvidos, entre liberdade individual e rápido desenvolvimento material da coletividade. Essa falsa alternativa tem sido apresentada por contendores de ambos os lados da controversia, isto é, em defesa da liberdade ou do bem estar das massas.

Com efeito: é fato mais ou menos evidente que o rápido desenvolvimento material da União Soviética, até há pouco país subdesenvolvido, baseou-se, parcialmente, em métodos anti-humanos. As apropriações dos excedentes agrícolas, destinadas a financiar o desenvolvimento industrial, foram feitas *manus militari*, mediante coletivização compulsiva e repressão violenta de tôda resistência. Para justificar êsse método drástico, criou-se a "teoria" de que o camponês é fundamentalmente individualista e que a única forma de superar êsse "individualismo" é impor a coletivização. É a teoria da salvação pela punição. Ora, sabemos todos que a produtividade agrícola decorre principalmente do nível técnico da agricultura; que nenhum "individualismo" camponês pode contraporse à elevação dêsse nível técnico, e que a renda real do setor agrícola está determinada pelos preços relativos do que produz e do que compra o camponês. A apropriação direta do produto excedente do setor camponês, realizada na Rússia Soviética, decorreu de que era êsse o método administrativamente mais fácil. E por essa facilidade administrativa pagou-se o enorme preço em vidas humanas conhecido. Mas ainda mesmo que deixássemos de lado a dolorosa experiência agrária soviética, cabe reconhecer como evidência universal que o rápido desenvolvimento econômico dos países de economia coletivista tem sido acompanhado de formas de organização político-social em que se restringe além dos limites do que consideramos tolerável tôdas as formas de liberdade individual. Essas restrições, se bem que aceitas voluntàriamente nas fases de ardor revolucionário, dificilmente poderiam ser toleradas como formas normais de convivência humana.

Deve-se, entretanto, reconhecer que, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, o argumento da experiência histórica dos países socialistas, com sua perda de liberdade individual, tem sido de reduzido alcance. Isto porque essas massas, porquanto não tiveram qualquer acesso às for-

mas superiores da vida pública, não podem compreender o verdadeiro alcance do argumento. Ainda mais: a suposta alternativa liberdade-desenvolvimento rápido pode resultar perigosa para a liberdade como aspiração coletiva, pois caberia inferir que a liberdade a que tem acesso uma minoria é paga com o sacrifício do bem estar das grandes maiorias. Se chegassemos a admitir como uma tese válida que o desenvolvimento econômico dos países socialistas foi a contrapartida do cerceamento das liberdades cívicas, deveríamos também aceitar como verdadeiro o corolário de que o preço da liberdade que fruimos é o retardamento do desenvolvimento econômico geral.

Ainda menos eficaz, do ponto de vista das massas dos países subdesenvolvidos, é a versão mais direta do argumentar segundo a qual o desenvolvimento dos países socialistas está sendo obtido com enorme custo humano, inclusive mediante formas de trabalho semi-escravo. É que os povos subdesenvolvidos estão dispostos a pagar um preço, mesmo muito alto, pelo desenvolvimento. E isto porque sabem, da dura experiência da miséria em que vivem, o preço altíssimo que pagam para continuarem subdesenvolvidos. Quantos milhões de vidas são ceifadas, anualmente, num país como o Brasil, pelo subdesenvolvimento? Quantos milhões de vidas são consumidas, pela fome e pelo desgaste físico provocado por formas primitivas de trabalho, antes de que se alcance a plena maturidade? Quantos milhões de seres humanos por aí estão sem que tenham acesso à alfabetização ou qualquer outra oportunidade de participar nas manifestações médias e superiores da cultura? Poucos de nós temos consciência do caráter profundamente anti-humano do subdesenvolvimento. Quando compreendemos isso, fàcilmente explicamos porque as massas estão dispostas a tudo fazer para superá-lo. Se o preço da liberdade de alguns tivesse que ser a miséria de muitos, estejamos seguros de que escassa seria a probabilidade de que permanecessemos livres.

Tivéssemos de aceitar como real essa alternativa e estaríamos diante de um impasse fundamental, decorrente de uma contradição entre os objetivos últimos, isto é, as metas que

almejamos alcançar. A explicação colateral de que essa contradição pode ser superada mediante o sacrifício das gerações presentes em benefício das futuras é totalmente falaciosa, pois não podemos estar seguros de que os valores destruídos hoje possam ser reconstruídos amanhã. A menos que aceitemos uma teoria linear segundo a qual a cada grau de desenvolvimento material da sociedade corresponde outro de desenvolvimento dos demais valores, teoria esta que implicaria o abandono do objetivo humanístico que antes formulamos, pois apenas o desenvolvimento econômico seria variável independente em nosso sistema de filosofia social.

A universalidade com que se vem insistindo na referida alternativa, decorre de que ela tem sido deduzida de distintas formas por contendores antagônicos. Aqueles que se dizem defensores da liberdade deduzem-na de que, as modificações estruturais na ordem social, necessárias a uma rápida aceleração do desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, só têm sido viáveis com a supressão das liberdades fundamentais do homem. Aqueles que argumentam do lado oposto, deduzem a mesma alternativa do outro fato histórico de que o único método eficaz para introduzir as modificações sociais necessárias ao rápido desenvolvimento tem sido a revolução de tipo marxista-leninista, que por sua natureza exige a implantação de rígida ditadura. Reconhece-se, assim, de ambos os lados que as transformações sociais são causa eficiente da aceleração do desenvolvimento material em países subdesenvolvidos. De um lado comprova-se que essas transformações, ali onde têm surgido, vêm de parelha com a supressão das liberdades fundamentais. De outro, se postula que o método eficaz para lograr tais transformações engendra a rígida ditadura.

A discussão em tôrno desta matéria, de tão grande importância, tem sido obscurecida por uma grande confusão de conceitos, inconsciente ou propositada. Mais do que nunca é necessário que façamos clara distinção entre aqueles objetivos últimos, dos quais não nos devemos afastar na luta pelo aperfeiçoamento das formas de convivência social — os quais foram incorporados à filosofia social de Marx, mas constituem

elementos de uma concepção do mundo mais ampla e em gestação no Ocidente desde o Renascimento — das técnicas elaboradas para a consecução total ou parcial dêsses objetivos. O marxismo-leninismo é uma dessas técnicas. Êle postula a inevitabilidade da revolução violenta, liderada por um partido de profissionais da revolução, devendo a nova ordem ser assegurada por um regime ditatorial, o qual perdurará durante um período de transição de duração indefinida. É necessário não esquecer que essa técnica foi forjada e aperfeiçoada na luta pela destruição de uma estrutura político-social totalmente rígida, que era o czarismo. A experiência histórica dos últimos decênios tem demonstrado que, aplicada contra outra estrutura rígida — a China nacionalista e da ocupação japonesa e a de Cuba de Batista são exemplos, conspícuos — essa técnica revolucionária, que exige disciplina espartana na base e a audácia de liderança de um Alexandre, pode ser de elevada eficácia.

O mesmo, entretanto, não se pode dizer com respeito às sociedades abertas. O exemplo da Europa Ocidental parece ser conclusivo: grandes máquinas partidárias de orientação marxista-leninista ficaram traumatizadas diante de uma realidade político-social em permanente mutação. A explicação dêsse fato histórico não é difícil: o marxismo-leninismo identifica no Estado — que define como "fôrça especial de repressão" — a ditadura de uma classe, a burguesia. A unidade da ação revolucionária está facilitada pela clara definição de objetivo. Mas, a partir do momento em que o Estado deixa de ser simples ditadura de classe, para transformar-se num sistema compósito, representativo de várias classes se bem que sob a égide de uma, aquela técnica revolucionária perde eficácia. A necessidade de discriminar entre o que o Estado faz de bom e de ruim, do ponto de vista de uma classe, exige uma capacidade de adaptação que não pode ter um partido revolucionário monolítico.

Da experiência histórica cabe inferir que sòmente alí onde a revolução de tipo marxista-leninista teve êxito foram alcançadas profundas transformações sociais, causa eficiente de um rápido desenvolvimento econômico. Por outro lado,

a mesma experiência histórica indica que a revolução dêsse tipo só teve lugar onde a estrutura político-social era rígida e anacrônica. Da conjugação dessas duas observações de base histórica, resulta aquela falsa alternativa. Onde houve revolução social já havia ditadura. E o método para destruir a ditadura trazia implícita a necessidade de substituí-la por outra. De aí que uns hajam deduzido que as transformações sociais engendram perda das liberdades fundamentais; e outros que a aceleração do desenvolvimento só pode ser garantida por um regime ditatorial.

Dualidade da Estrutura Político-Social Brasileira

Consideremos agora de frente o problema brasileiro. À luz da experiência histórica não é difícil explicar porque a classe camponeza, no Brasil, é muito mais susceptível de ser trabalhada por técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista do que a classe operária, se bem que, do ponto de vista da ortodoxia marxista, esta última deveria ser a vanguarda do movimento revolucionário. É que a nossa sociedade é aberta para a classe operária, mas não para a camponeza. Com efeito: permite o nosso sistema político que a classe operária se organize para levar adiante, dentro das regras do jôgo democrático, as suas reivindicações. A situação dos camponezes, entretanto, é totalmente diversa. Não possuindo qualquer direito, não podem ter reivindicações *legais*. Se se organizam, infere-se que o fazem com fins subversivos. A conclusão necessária que temos a tirar é a de que a sociedade brasileira é rígida em um grande segmento: aquêle formado pelo setor rural. E com respeito a êsse segmento é válida a tese de que as técnicas revolucionárias marxista-leninistas são eficazes.

Chegamos, assim, a uma conclusão de extraordinária importância para nós: a existência de uma dualidade no processo revolucionário brasileiro. Na medida em que vivemos numa sociedade aberta, a consecução dos supremos objetivos sociais tende a assumir a forma de aproximações sucessivas. Na medida em que vivemos numa sociedade rígida, êsses objetivos tenderão a ser alcançados por ruptura cataclísmica.

Vou permitir-me fazer mais uma reflexão sôbre métodos revolucionários: baseando-se o marxismo-leninismo na substituição de uma ditadura de classe por outra, constituiria um regresso, do ponto de vista político, aplicá-lo a sociedades que hajam alcançado formas de convivência social mais complexas, isto é, nas modernas sociedades abertas. Êsse regresso se traduziria em têrmos de sacrifício dos objetivos mesmos que antes definimos como essenciais. Se é verdade que a ampliação da base material trazida pelo desenvolvimento vem facilitar ao homem uma vida mais plena, não o é menos que a forma de organização político-social constitui o marco dentro do qual se afirmam as manifestações superiores da vida do homem. Se bem seja provável que no futuro coexistam o pleno desenvolvimento material e as formas de organização político-social capazes de permitir a plena afirmação dos valores humanos, no estágio histórico em que nos encontramos assim não ocorre necessàriamente. Ter logrado formas superiores de organização político-social representa uma conquista pelo menos tão definitiva quanto haver atingido altos níveis de desenvolvimento material. Dêste ponto de vista, em uma sociedade aberta, onde foram alcançadas formas de convivência social complexas, a revolução de tipo marxista-leninista representa óbvio retrocesso político. A experiência histórica tem indicado que quando assim ocorre — caso de alguns países da Europa Central — o socialismo como forma de humanismo se perverte. Não sendo possível passar de uma sociedade aberta para uma ditadura sem criar um clima de frustração social, ocorre uma reversão de valores em múltiplos planos. Não permitindo o regime ditatorial que o homem ocupe o papel que lhe cabe na sociedade, torna-se necessário elevar ao primeiro plano uma série de mitos sociais que se sobrepõem aos verdadeiros valores humanos. Assim, o desenvolvimento material pode seguir paralelamente com a consolidação de uma ordem social baseada em princípios que são o reverso daquilo que estava na essencia dos ideais humanísticos revolucionários.

Se desejamos atingir o âmago dos problemas que temos de enfrentar, devemos formular claramente a questão: que viabilidade tem a revolução brasileira de efetivar-se pelos métodos marxistas-leninistas? Creio que existem duas possibilidades de que isso ocorra. A primeira está ligada ao problema agrário. Não devemos esquecer que mais da metade da população brasileira está diretamente ligada ao setor agrário. Na medida em que êste se conserve, com a rigidez atual, todo movimento reivindicatório que surja nos campos tenderá a assimilar ràpidamente técnicas revolucionárias de tipo marxista-leninista. Temos assim, na corrente do processo revolucionário brasileiro, um importante setor de vocação marxista-leninista, que em determinadas condições poderá prevalecer. A conseqüência prática seria o predomínio, na revolução brasileira, do setor de menor evolução político-social. Os autênticos objetivos de nossa evolução político-social, anteriormente definidas em têrmos de humanismo, estariam parcialmente frustradas de antemão.

A segunda possibilidade de efetivação de uma revolução de tipo marxista-leninista está ligada a um retrocesso político-social. Observamos que êsse tipo de revolução é pouco viável em uma sociedade aberta, a menos que seja imposta de fora para dentro, como ocorreu em alguns países da Europa Central. Contudo, não se exclui a possibilidade de um retrocesso em nossa organização político-social. A imposição de uma ditadura de direita, tornando rígida tôda a estrutura político-social, criaria condições propícias a uma efetiva arregimentação revolucionária de tipo marxista-leninista. Ainda nêste caso o mais provável é que o setor revolucionário agrário tendesse a predominar. A substituição de uma ditadura por outra seria, entretanto, muito mais fácil do que a imposição de uma ditadura ao setor social urbano, que já desfrutava de formas de organização político-social superiores. Sem as condições objetivas determinadas por um retrocesso político-social no país, a única possibilidade de revolução de tipo marxista-leninista decorre da persistência da estrutura agrária anacrônica.

Diretrizes Para a Ação

Creio que já avançamos suficientemente para atrever-nos a inferir alguns princípios que nos possam guiar na ação política. Não teremos dificuldade em pôr-nos de acôrdo com respeito ao objetivo fundamental que é o homem em sua plenitude, libertado de tôdas as formas de exploração e sujeição. Somos, acima de tudo, humanistas. Êsse objetivo sòmente poderá ser alcançado se nos organizarmos socialmente para atingir e manter um elevado ritmo de desenvolvimento econômico, e se êsse desenvolvimento fôr conduzido com verdadeiro critério social.

Na realidade presente brasileira, para levar adiante essa política é mister introduzir com decisão importantes modificações em nossas estruturas básicas. Como não nos preparamos para essas modificações e as ansiedades coletivas agudizam-se dia a dia, transformando o desenvolvimento em imperativo político, passamos a viver uma autêntica fase pré-revolucionária. Desta forma, ocupam presentemente o primeiro plano das preocupações políticas as técnicas de transformação social e os métodos revolucionários.

Em face do grau de desenvolvimento já alcançado por nossa estrutura social e política, devemos considerar como um retrocesso os métodos revolucionários que desembocariam necessàriamente em formas políticas ditatoriais sob a égide de classes sociais, grupos ideológicos ou rígidas estruturas partidárias. Para evitar a preeminência de técnicas revolucionárias dêsse tipo, é necessário:

a) prevenir tôda forma de retrocesso em nosso sistema político social, e

b) criar condições para uma mudança rápida e efetiva da anacrônica estrutura agrária do país.

Essas diretrizes de ordem geral deverão ser detalhadas em normas de ação específicas. Para evitar um retrocesso social não basta desejá-lo: é necessário criar condições objetivas de caráter preventivo. O retrocesso na organização político-social não virá ao acaso, e sim como reflexo do pânico de certos grupos privilegiados em face da pressão social crescente. Não permitindo as rígidas estruturas adaptações gradativas, a maré montante das pressões tenderá a criar situações pré-cataclísmicas. Nessas situações é que os grupos dominantes são tomados de pânico e lançam-se às soluções de emergência ou golpes preventivos. Fôssem as modificações progressivas ou gradativas e o sistema político-social resistiria.

A tarefa básica no momento presente consiste, portanto, em dar maior elasticidade às estruturas. Temos que caminhar com audácia para modificações constitucionais que permitam realizar a reforma agrária e modificar pela base a maquinária administrativa estatal, o sistema fiscal e a estrutura bancária. Temos que subordinar a ação estatal a uma clara definição de objetivos de desenvolvimento econômico e social, cabendo ao Parlamento estabelecer diretrizes, mas retirando-se aos políticos locais o poder de discriminar verbas. Temos que dar meios ao Govêrno para punir efetivamente aqueles que malversem fundos públicos, para controlar o consumo supérfluo, e para dignificar a função de servidor do Estado. Devemos ter um estatuto legal que discipline a ação do capital estrangeiro, subordinando-o aos objetivos do desenvolvimento econômico e da independência política. Deve o Govêrno dispor de meios para conhecer a origem de todos os recursos aplicados nos órgãos que orientam a opinião pública. E acima de tudo devemos ter um plano de desenvolvimento econômico e social à altura de nossas possibilidades e em consonância com os anseios de nosso povo.

Que devemos fazer para transformar em normas de ação êsses desejos e aspirações? Creio que a tarefa mais imediata é organizar a opinião pública para que ela se manifeste orgânicamente. Cabe aos estudantes, aos operários, aos empresários, aos intelectuais, quiçá aos camponezes através de suas organizações incipientes, iniciarem o debate franco daquilo que esperam dos órgãos políticos do país. Os problemas mais complexos devem ser objeto de estudos sistemáticos por grupos

de especialistas, devendo as conclusões ser objeto de debate geral. O país está maduro para começar a refletir sôbre seu próprio destino. Dos debates gerais e das manifestações da opinião pública deverão surgir as plataformas que servirão de base à campanha política para eleição, êste ano, de um nôvo Parlamento.

Estou convencido de que à juventude caberá mais uma vez a liderança dêste grande movimento de mobilização da opinião pública nacional para a autêntica causa do desenvolvimento de nossa Pátria.